

**CONV 210/02**

**WG I 9**  
**WG IV 8**

**NOTA**

---

de:	Secretariado
para:	Grupos de Trabalho sobre o Princípio da Subsidiariedade e sobre os Parlamentos Nacionais
Assunto:	<b>Nota de síntese da reunião conjunta de segunda-feira, 22 de Julho de 2002</b>

---

A reunião conjunta dos Grupos de Trabalho sobre o Princípio da Subsidiariedade e sobre os Parlamentos Nacionais foi presidida pelos presidentes dos dois grupos, Iñigo Mendez de Vigo e Gisela Stuart.

Cada Presidente fez um rápido balanço dos trabalhos realizados pelo grupo a que preside. Ambos salientaram que os parlamentos nacionais têm um papel a desempenhar no controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade e que convém, nomeadamente, melhorar a sua informação.

Vários membros da Convenção recordaram igualmente que os parlamentos nacionais deveriam exercer ou, em certos casos, reforçar o controlo que exercem sobre os respectivos governos nacionais. Trata-se de uma via útil e necessária, mas que não permitirá responder a toda a problemática associada à melhoria do controlo da subsidiariedade.

Os debates centraram-se nas diversas possibilidades de reforçar o controlo pelos parlamentos nacionais da aplicação do princípio da subsidiariedade a nível europeu. Numerosos intervenientes foram do parecer que os parlamentos nacionais deveriam poder fazer valer as suas opiniões e eventualmente exprimir receios quanto ao respeito da subsidiariedade, o mais cedo possível no decurso do processo legislativo. Conviria, pois, que recebessem informações pertinentes igualmente desde o início do processo, inclusivamente antes de a Comissão transmitir as suas propostas ao legislador. Foram avançadas várias propostas, entre as quais a da apresentação do programa legislativo anual da Comissão aos parlamentos nacionais, de forma ainda a definir.

Numerosos participantes manifestaram o desejo de que os parlamentos nacionais possam intervir no decorrer do processo legislativo, nomeadamente a fim de emitirem um "sinal" (mecanismo de alerta), se considerarem que a subsidiariedade não está a ser respeitada. Foram apresentadas várias propostas neste sentido. Muitos foram, no entanto, os intervenientes que insistiram em que um tal dispositivo não deve conduzir à instauração ou criação de um novo órgão ou instituição. Conviria, antes de mais, conceber um mecanismo ou um processo simples.

Vários intervenientes manifestaram, contudo, o desejo de que os parlamentos nacionais disponham da possibilidade de se reunir em formação colectiva para debater a subsidiariedade. O formato concreto desse fórum teria ainda de ser discutido.

Foi igualmente abordado o tema de um controlo jurisdicional *a posteriori*. Evocou-se ainda a questão do direito de recurso ao Tribunal de Justiça por parte dos parlamentos nacionais, individual ou colectivamente, por exemplo através da COSAC, por motivo de desrespeito do princípio da subsidiariedade. Houve igualmente quem pedisse que esse direito, se for concedido, assista também ao Comité das Regiões.

---